

Educação Inclusiva e Adaptação Curricular

O direito à educação de todas as crianças é o direito de ver a prática da educação no país repensada e reconstruída. A educação inclusiva exige

uma nova escola.

Guia Prático¹

Introdução

Diante da importante mobilização social quanto a Educação Inclusiva consideramos a necessidade de apresentar propostas de trabalho que visem a adaptação curricular com parâmetros de apoio necessários a um acesso pleno e integral a educação quanto aos processos de aprendizagem, rumo a uma verdadeira cidadania numa sociedade democrática.

A inclusão social faz parte do processo que alvejamos para o desenvolvimento de uma sociedade. Incluir é respeitar as diferenças de cada criança e adolescente em suas diversidades. E também ofertar condições normais e extraordinárias para que eles se desenvolvam cada um com a sua capacidade reconhecendo que “toda criança e adolescente têm o direito à educação na diversidade, garantindo-se o seu aprendizado de acordo com suas potencialidades (art. 208, V, C.F.)”.

¹ Guia Prático o Direito de Todos a Educação. Diálogo com os Promotores de Justiça do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Sorri Brasil, 2013.

Nosso objetivo nesse trabalho é considerar o benefício e a importância na mudança de paradigmas, que vem ocorrendo e que enfatizam novas posturas como por exemplo, às já conhecidas e citadas no Guia Prático de Inclusão da Pessoa com Deficiência, não só de procedimentos que asseguram

“a matrícula e permanência do aluno com deficiência na escola regular, mas é fundamental sua incursão no projeto político-pedagógico da escola, a fim de avaliar seu perfil inclusivo, bem como se o ambiente escolar lhe é acessível e acolhedor”. (Guia Prático p.6 e 7)

mas também, temos como proposta uma mudança de conduta do próprio docente em estar apto para oferecer um acolhimento de qualidade que ressignifique o momento de aprendizagem; bem como um ambiente propício totalmente equipado desde sua acessibilidade, passando por um docente qualificado que saiba intervir na adaptação curricular, até a devida postura na sugestão na aquisição de ‘equipamentos’ de apoio educacionais.

Desta forma consideramos de extrema importância estarmos acompanhando, historicando e expondo a necessidade da adaptação curricular que promovam uma aprendizagem verdadeiramente eficaz a pessoa com deficiência. Onde a prática da educacional seja naturalmente desenvolvida sem prejuízo ao educando que demande de um maior tempo ou de um tempo diferenciado para aquisição de sua autonomia.

Relatos de Experiências

As experiências que relatamos são todas vivenciadas em escolas públicas do Estado de São Paulo, entre os anos de 2003 a 2007. Essas foram algumas das experiências mais marcantes e que mais contribuíram para a nossa reflexão, quanto a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino ao longo desses anos quando refletimos sobre o processo social de inclusão.

A relevância do assunto é de uma importância incontestável no âmbito da educação e cidadania. Devido ao fato de casos como esses quando o conceito de incluir era receber e, demais outros semelhantes ou diferentes em pequenos pontos, porém que se interseccionam em algum momento aconteceram e que nos mobilizaram a agir. E que essa ação de incluir verdadeiramente tenha sido lenta ou tardia, mas, que ocorra efetivamente em algum momento.

No primeiro caso tínhamos em sala de aula no começo do ano letivo, numa 8ª série do ensino fundamental, uma aluna com deficiência mental, conhecida por ficar na sala mas ‘não precisar participar efetivamente das atividades’. Normalmente a aluna só ouvia as aulas e podia sair quando quisesse (segundo recomendação da Diretoria!). Como docente nova na escola, num primeiro momento, não foi proposta a ela nenhuma atividade. Depois de um tempo, durante algumas aulas, ela pediu se podia fazer um trabalho manual. Para surpresa de alguns professores ela sabia fazer crochê, e passava o tempo da aula ocupada com o seu trabalho. Até o momento que foi observado pela professora de Português o interesse da aluna no assunto de uma aula, e a atividade foi distribuída também para a aluna. Sem muitos questionamentos, a menina fez algumas questões da atividade com uma letra quase ilegível mas com certo entendimento. A aluna sabia escrever, e nenhum professor deu conta de se preocupar com isso. As outras questões da atividade foram todas preenchidas com bolinhas, ou como uma sequência ilógica de os. Comentado o caso, verificou-se que a aluna sabia fazer algumas atividades mas recusava-se a participar. Não foi feito nenhum trabalho diferenciado com ela durante todo o ano letivo.

No segundo caso, falamos de uma aluna com deficiência visual regularmente matriculada no 1º ano do Ensino Médio. Ela era absolutamente cega de nascença. Inteligente, Perspicaz. Esforçada. Acompanhava todas as aulas muito bem. Era bem relacionada com os colegas. Possuía material particular adequado ao seu problema para anotar em braile. As vezes considerávamos que a escola nada podia acrescentar à sua formação além do que era absolutamente convencional. Na verdade aprendemos com ela o que era autonomia. Nessa época, nessa escola não havia material adequado disponível que pudesse colaborar numa educação mais apurada, nenhum livro em braile, nenhum audiobook. Nem mesmo naquilo que poderíamos chamar de acervo particular de qualquer professor.

No terceiro caso tínhamos um aluno cadeirante na 4ª série do ensino fundamental de uma escola de período integral. Acreditamos também que a criança tinha outros problemas correlacionados a tipos de característica neuromuscular e não descritos especificadamente pelos familiares. A mãe trazia a criança para a escola no período da manhã e retirava a criança na hora do almoço alegando que ele precisava ser medicado e descansar. A sala oferecida para essa turma funcionava no térreo da escola por questões de adequações a esse aluno. Durante a manhã ele acompanhava as aulas no fundo da sala. Alguns professores ofereciam a ela os blocos lógicos ou outras atividade de colorir que ele desenvolvia com dificuldade. Com os blocos lógicos ela parecia se distrair e a professora de matemática sempre o amparava com algumas explicações. Quando a mãe foi questionada por retirá-lo da escola antes do termino do período, quando eram oferecidas outras atividade lúdicas, ela alegou que o mantinha na escola o tempo suficiente para distraí-lo um pouco, não havendo necessidade da sua permanência. Também entre nós professores não havia ninguém especializado para dar suporte adequado a esse aluno. O aluno gostava muito de ver as outras crianças brincando e alguns colegas de classe sempre lhe davam atenção porque a diferença gerava curiosidade.

Em todos os casos a situação mais marcante foi mesmo o despreparo dos profissionais da educação frente a nova realidade, agravadas pela falta de recursos. Incluir é necessário. E passadas as primeiras adaptações que se fizeram como a adaptação ou remoção das barreiras arquitetônicas, continuamos diante de mais uma situação quanto a uma inclusão plena: a adaptação curricular, acompanhada de materiais apropriados. Cujo conteúdo seja o mesmo do ensino regular mas abordado de forma interativa, com recursos digitais, visuais e auditivos.

Desenvolvimento

Principalmente agora com o apoio das políticas públicas e a atenção redobrada daqueles que respondem pela educação podemos acreditar num grande avanço nas considerações que contemplam a diversidade e a inclusão social, mesmo, como a reestruturação da própria filosofia dos princípios de uma sociedade como um todo: da educação básica até a incursão no mercado de trabalho, passando pelo esporte e lazer. Quando, outro sim, podemos pensar em adaptar desde o próprio currículo dos cursos de Formação Pedagógica. Sugerindo uma carga horária mínima obrigatória que aborde o tema da inclusão e estágio supervisionado. Também nas escolas, a adaptação curricular

deve responder não somente a todas as necessidades, mas a de cada aluno especificamente.

[...] deve-se avaliar pedagogicamente o aluno, elaborar o plano de atendimento, planejar a aquisição de recursos, contratação de profissionais, formação, horário de atendimento e cada detalhe que envolva a escolarização e o atendimento educacional especializado para este aluno. (Guia Prático p. 67)

considerando, também, o quanto cada professor pode oferecer a cada um diferencialmente, desde a sua formação pessoal passando pela necessidade do aluno na hora de fazer o PPP. De forma que em todas as escolas tenha sempre professores capazes de desenvolver atividades que contemplem a todos sem distinção.

Atualmente o conceito mais abrangente de escola inclusiva que podemos ter é aquela que com todas as suas ações visa o favorecimento de uma aquisição plena do conhecimento e aprendizagem. Aqui podemos lembrar o Guia:

[...] não cabe “incluir” pessoas, pois uma sociedade inclusiva pressupõe a não existência de excluídos. A palavra “inclusão” refere-se aos ambientes e contextos sociais e não às pessoas.

assim, os termos “escola inclusiva” e “sociedade inclusiva” demonstram a responsabilidade do sistema no processo de transformação ambiental, cultural, social e política, conforme preconizado pelo princípio de inclusão social.

assim sendo, desde a escola, as ações que preconizam a inclusão social sejam amplas e amparem toda a diversidade.

No PPP – Projeto Político Pedagógico de uma educação/escola que se propõe inclusiva deve estar previsto as diversas formas de aprender. Deve conter também os processos criativos e culturais de cada aluno, suas formas de manifestações subjetivas e

o potencial diferenciado de cada um. E nesse processo flexível de valorização das diferenças todos crescem. A escola, o professor e o aluno beneficiam-se com a diversidade e reaprendem com as consequências positivas desse crescimento.

Se tomássemos como base um dos exemplos descritos no nosso relato de experiências poderíamos supor que a atenção necessária despendida uma criança portadora de deficiência neuromuscular deveria conhecer a situação de saúde ou deficiência dessa criança e envolver atividades escolares com o objetivo de melhorar, manter ou retardar a perda da força muscular; evitar ou reduzir as contraturas e deformidades; propor atividades psicomotoras com o caráter de promover não só a sua saúde física mas como intuito de estimular o cognitivo; outras atividades correlatas que pudessem favorecer ou melhorar a função respiratória; e todas as atividades deveriam estimular a independência nas atividades da vida cotidiana, desde o raciocínio lógico até as funções físicas, melhorando a qualidade de vida social e educacional da criança. Cabe aqui, também, incluir a importância da sensibilização de pais e ou cuidadores para a necessidade da manutenção física, psicológica e cognitiva dessas atividades ao longo do tempo. Assegurando a permanência dessa criança na escola até o fim da proposta educacional tendo passado a atividade por um começo, meio e fim adequados.

Outra realidade que é necessária contemplar, ainda quando pensamos na educação no âmbito escolar, na hora dos debates frente à adaptação curricular é a realidade da própria criança ou adolescente em seu contexto familiar e social. Como é a criança em seu convívio familiar e doméstico e estar atentos a mudanças comportamentais na escola tanto de apatias como de impulsividades, irritabilidades, depressão, problemas de linguagem ou de raciocínio que a impeçam de participar ou progredir nas atividades, que apenas um profissional da educação qualificado pode apurar com seu olhar e escuta.

Aproveitamos este espaço para comemorar o Projeto de Lei Estadual 442/2007 que insere o psicopedagogo nas escolas públicas municipais no Estado de São Paulo. Mais uma vez acreditamos que é um começo de mudança se consideramos o apoio educacional com que esse profissional irá contribuir para uma nova educação. O quanto o psicopedagogo pode intervir na reestrutura curricular numa escola inclusiva evitando conflitos e gerenciando ações educativas em prol da aprendizagem. A psicopedagogia poderá atuar com um trabalho clínico de prevenção e incentivo com aqueles que

apresentam dificuldades na aprendizagem por problemas específicos. Contribuindo com um currículo que amplie as possibilidades de atividades especializadas de uma escola.

Nunca é fácil mudar, principalmente diante de grandes propostas, mas podemos acreditar que algumas mudanças podem ser ajustadas a cada realidade. E podemos considerar que estamos diante de uma sociedade nova quanto a novas propostas sociais em relação a Pessoa com deficiência. A inclusão tem sido um tema constante na sociedade desde a educação, a educação para o trabalho, o emprego, a adaptabilidade dos meios de transporte e acessos culturais; a moda, a aquisição de novos conceitos de equipamentos favoráveis à educação como ebooks, audiobooks e tablets... que colaboram com uma postura decisiva quanto a pessoa com deficiência onde a mudança do nosso pré-conceito é necessária. Desde a relutância diante do fato, de encararmos o nosso despreparo até o tamanho das necessidades que precisam ser encaradas.

Propor adaptação curricular é concentrar ações que enfatizem essa mudança. Ou somos nós que limitamos o seu acesso a toda uma diversidade de propostas que já existem? As adequações curriculares devem vir de acordo com as necessidades gerais e específicas de cada educando, não significa que sejam exclusivas pois dessa forma as atividades seriam limitadas. A adequação deve ser ilimitada, no sentido de oferecer atividades que englobem mais de um caminho para o incentivo do desenvolvimento cognitivo a todos os alunos igualmente e cada um se desenvolve no seu ritmo integralmente. Aqui lembramos dois pontos interessantes abordados no Guia Prático:

“[...] A valorização das diferenças e o respeito à diversidade trazem consequências positivas para todos os alunos na medida em que as escolas assumem o compromisso com a transformação social, cultural e pedagógica”. (Guia Prático p.22)

e “A deficiência não determina a personalidade ou as características de uma pessoa. Ela é um aspecto que será traduzido pelo sujeito a partir de sua história de vida”. (Guia Prático p.24)

nesses casos as adequações não visam especificar um problema mas ampliar os conteúdos para que possam ser lidos de diversas maneiras segundo a história de vida de cada um. E consequentemente cabe a cada professor oferecer vários tipos de estratégias a todos os alunos para que todos possam participar sem diferenças garantindo que “toda criança e

adolescente têm o direito à educação na diversidade, garantindo-se o seu aprendizado de acordo com suas potencialidades” (art. 208, V, C.F.).

Considerações Finais

Não dá para esperar que todas as ações venham prontas, cada comunidade tem uma realidade. Para todas as situações de adaptação podemos seguir as sugestões novamente do Guia que afirma que “cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo”; ou seja cada mudança deverá levar e conta o seu contexto. Apenas lembrando a estimativa internacional de pessoas com deficiência na população é de 10%, em uma sala de aula com vinte e cinco alunos teríamos de dois a três alunos com deficiência no grupo. (Guia Prático p.30)

Propor ações e evitar conflitos contemplando a diversidade parece ser o nosso próximo desafio frente essa importante manifestação social quanto a Educação Inclusiva. Lembrando que as nossas crianças portadoras de deficiência estão em crescimento e merecem seu espaço educacional garantido e estruturado, acolhedor e favorável para recebê-las. Nossas ações devem antecipar um ambiente favorável à sua recepção com móveis e materiais adequados a diversas situações de aprendizagem além do conteúdo garantido e amparado por equipamentos modernos e atualizados que possam estruturar as atividades e diversificar o acesso a informação e conhecimento para uma educação rumo a autonomia.

Bibliografia

Documentos Oficiais

Guia Prático o Direito de Todos a Educação. Diálogo com os Promotores de Justiça do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Sorri Brasil, 2013.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Projeto de Lei Estadual 442/2007.

Outros Documentos

ABDALLA, I; BATISTA; N. BATISTA, SH (ORGS) **Ensino em Saúde: visitando conceitos e práticas**. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

NASCIMENTO, Maria Letícia. **A criança concreta, completa e contextualizada: a psicologia de Henry Wallon**. IN: Carrara Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

OLIVEIRA, Clarice. **A Resiliência no Processo de Gestão Educacional**. Ed. Cabral.

PAIN, Sara. **A Função da Ignorância**. Porto Alegre: Artmed, 1987.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Trad. Ana Maria Netto Machado. Sup. José Luiz Caon. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PAÍN, Sara. **Subjetividade e Objetividade. Relação entre Desejo e Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa**. Artmed: São Paulo, 2007.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar. O problema escolar e de aprendizagem**. 15ª Ed. Vozes: Rio de Janeiro, 2008.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Jean Piaget**. 5ª Ed. São Paulo. Pioneira. 1997.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica**. 13ª Ed. Rio de Janeiro. Lamparina. 2010.

ZENICOLA, de Ana Maria, **Psicopedagogia e Reabilitação, in Tratado de Medicina de Reabilitação**, Org. Julia Maria Greve, ed. Roca, São Paulo, 2007.